SUMÁRIO

CAPÍTULO I

BIOÉTICA E BIODIREITO 23

1. Biodireito ante a nova imagem da ética médico-científica 23
2. Bioética 30
   - 2.a) Sua delimitação conceitual e seus problemas 30
   - 2.b) Princípios bioéticos básicos 34
3. O respeito à dignidade humana como paradigma da ordem jurídica do Estado Democrático de Direito 37
4. Bioética, biodireito e humanismo jurídico 39

CAPÍTULO II

MICROBIOÉTICA: QUESTÕES ÉTICO-JURÍDICAS 41

1. PROTEÇÃO À VIDA HUMANA 41
   - 1.a) Inviolabilidade constitucional do direito à vida 41
   - 1.b) Tutela civil e penal da vida humana 44
   - 1.c) Princípio do primado do direito à vida 46
2. DIREITO AO NASCIMENTO 47
   - 2.a) Direito de nascer 47
   - 2.b) Problematicidade ético-jurídica do aborto 50

2.b.1) Breve nota introdutória 50
2.b.2) Aborto: sua delimitação conceitual e classificação 51
2.b.2.1) Conceituação 51
2.b.2.2) Modalidades 52
2.b.3) Incriminação da prática abortiva ao longo da história do direito 55
2.b.4) Aborto criminoso 57
2.b.4.1) Definição e configuração jurídica 57
2.b.4.2) Espécies de aborto criminoso previstas na legislação penal brasileira 60
2.b.4.3) Prova da existência do crime de aborto 63
2.b.4.4) Solução da antinomia de valoração 64
2.b.5) A prática da interrupção seletiva da gravidez e o alvará judicial 65
2.b.6) Aborto legal 80
2.b.7) Análise dos argumentos pró-aborto sob uma dimensão científico-jurídica 99
2.b.7.1) Generalidades 99
2.b.7.2) Abortismo ideológico 99
2.b.7.3) Abortismo socioeconômico 104
2.b.7.4) Abortismo privado 108
2.b.8) Reflexões sobre a descriminalização do aborto 113
2.c) Direito ao respeito à vida humana e a paternidade responsável como problemas da bioética 129
2.d) Sugestões *de lege ferenda* voltadas ao movimento pró-vida e ao programa de planejamento familiar 133

3. Os direitos do embrião e do nascituro e a responsabilidade civil por dano moral e patrimonial 139
4. Maternidade e paternidade responsável e planejamento familiar 155
4.a) Proteção jurídica à maternidade 155
4.b) Direito à maternidade da presa 163
4.c) Explosão demográfica e controle da natalidade 167
4.d) O direito reprodutivo-sexual, o direito à descendência e o planejamento familiar como parâmetros da política populacional 170
4.e) A liberdade sexual responsável e a escolha de métodos anticoncepcionais 173

5. Esterilização humana artificial 178
5.a) Noções gerais 178

5.b) Esterilização eugênica dos anormais e de criminosos por desvio de sexualidade 180
5.c) Esterilização terapêutica 183
5.d) Esterilização cosmetológica 184
5.e) Esterilização por motivo econômico-social 184
5.f) Esterilização voluntária para fins de planejamento familiar 184

6. Saúde física e mental 186
6.a) Direito à saúde física e mental 186
6.b) Direito sanitário e bioética social 213
6.c) A ética nos desastres de massa e a medicina de risco ou de catástrofe 215
6.d) Controle de infecção hospitalar 217
6.e) Direito à incolumidade da mente como um dever a ser respeitado por todos 220
6.f) Ofensas à integridade psíquica como lesões à liberdade moral da pessoa 221
6.g) Tutela jurídica à saúde da mente 222
6.h) Autonomia da vontade do portador de doença mental 226
6.i) Problemas bioéticos do tratamento psiquiátrico involuntário 230
6.j) Direito à integridade psíquica e física do acusado e do condenado 235

7. A AIDS e o direito 284
7.a) Controle da higidez do sangue 284
7.b) Questões ético-jurídicas suscitadas pela AIDS 287
7.b.1) Triagem sorológica do vírus da imunodeficiência humana (HIV) 287
7.b.2) Proteção jurídica da dignidade dos portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e dos doentes da síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS) 292
7.b.3) Direitos e deveres do profissional da saúde infectado pelo HIV e pelo VHB 300

8. TRANSFUSÃO DE SANGUE 304
8.a) Responsabilidade civil na coleta e na transfusão de sangue 304
8.b) A recusa na aceitação de transfusão de sangue e o princípio da autonomia da vontade no biodireito 340
8.c) Colisão entre o direito de viver de uma pessoa e o direito de crença religiosa de outra 349
8.d) O princípio do primado do direito mais relevante 351

8.e) Conflito entre um direito da personalidade e um valor social importante 354

9. Direito ao aspecto físico da estética humana 355

9.a) A lesão à estética pessoal e a responsabilidade civil por dano moral 355

9.b) Cirurgia plástica ou reparadora e cirurgia estética ou cosmetológica e a questão da obrigação de meio e de resultado do médico 357

10. ADEQUAÇÃO DO SEXO DO INTERSEXUAL E DO TRANSEXUAL 359

10.a) A transexualidade e a identidade sexual 359

10.b) A intervenção cirúrgica no estado intersexual e transexual 363

10.c) Problemas jurídicos decorrentes da mudança de sexo 372

11. Transplante de órgãos e tecidos humanos 394

11.a) Direito ao uso de partes separadas do próprio corpo ou de alheio 394

11.b) Importância dos transplantes de órgãos e tecidos 396

11.c) Transplantes na legislação brasileira 400

11.d) Transplante: conceito e modalidades 418

11.e) Perfil jurídico do transplante de órgãos e tecidos 423

11.e.1) Transplante de órgãos e tecidos "post mortem" 423

11.e.1.1) Retirada *post mortem* de tecidos, órgãos e partes do corpo humano para serem transplantados 423

11.e.1.2) Determinação da morte encefálica para fins de transplante de órgãos e a questão da vida residual 425

11.e.1.3) Doação presumida de órgãos no direito anterior 430

11.e.1.4) Remoção *post mortem* de órgãos de incapaz e de pessoa não identificada 433

11.e.2) Transplante de órgãos e tecidos "inter vivos" 434

11.e.3) Utilização de órgãos de grupos populacionais com autonomia reduzida 438

11.e.4) Consentimento livre e esclarecido do receptor de órgãos e tecidos 443

11.f) Mercado de órgãos e tecidos humanos 444

11.g) Aspectos polêmicos da Lei n. 9.434/97, regulamentada pelo Decreto n. 2.268/97 (ora revogado pelo Decreto n. 9.175/2017) e alterada pela Lei n. 10.211/2001 446

11.h) Formulários 457

12. Direito à morte digna 479
12.a) O "morrer com dignidade" como valor fonte do biodireito 479
12.b) Suicídio assistido, eutanásia, ortotanásia e inadmissibilidade do "direito de matar" paciente terminal 481
12.c) Limites da distanásia e direito ao prolongamento artificial da vida 502
12.d) O direito de morrer com dignidade e a filosofia do *hospice* 506
12.e) Autodeterminação do paciente terminal e a relevância jurídica da objeção de consciência 516
12.f) Perspectiva humanista como tendência atual da bioética e do biodireito na solução de problemas ético-jurídicos do morrer com dignidade 526

13. Experiência científica em seres humanos 528
13.a) Pesquisa com seres humanos e seus problemas 528
13.b) Princípios ético-jurídicos da experimentação científica em seres humanos 531
13.c) Diretrizes ético-internacionais para pesquisas ou experiências biomédicas em seres humanos 548
13.d) Engenharia genética e pesquisas com genoma humano 559
13.d.1) Engenharia genética e biotecnologia 559
13.d.2) Projeto Genoma Humano (PGH) e bioética 565
13.d.3) Diagnose genética no ser humano 574
13.d.4) Terapia gênica, aconselhamento genético, desconstrução do espectro do eugenismo e o respeito aos direitos das pessoas portadoras de deficiência física ou mental 581
13.d.5) Manipulação genética humana e seus limites 600
13.d.6) Intervenções científicas em embriões humanos e a polêmica dos embriões excedentes 604
13.d.7) Clonagem 630
13.d.7.1) Etiologia histórica da clonagem 630
13.d.7.2) Clonagem humana e técnicas de clonação 634
13.d.7.3) Clonagem de seres humanos e biodireito 641
13.d.8) Patentes sobre material genético humano: sim ou não? 658
13.d.9) Dilemas éticos da medicina preditiva ante o trinômio médico-paciente-indústria biotecnológica 662
13.e) As novas técnicas científicas de reprodução humana assistida 666
13.e.1) Fertilização humana assistida e situações dela decorrentes 666
13.e.2) Problematicidade da inseminação artificial 671

13.e.2.1) Conceito e modalidades 671
13.e.2.2) Argumentos ético-jurídicos em torno da inseminação artificial homóloga e heteróloga 672
13.e.3) Ectogênese ou fertilização "in vitro" e suas consequências jurídicas 686
13.e.4) Sugestões "de lege ferenda" para um anteprojeto sobre reprodução humana assistida 711
13.e.5) Bioética e reprodução humana assistida 732
13.e.6) Modelos textuais 735
13.e.6.1) Instrumento de doação voluntária de oócitos 735
13.e.6.2) Acordo de criopreservação do sêmen 736
13.e.6.3) Informe de consentimento para técnicas de fertilização assistida (FIV/ICSI/GIFT/PROST) 738
13.e.6.4) Instrumento de autorização para fertilização *in vitro* com oócito doado 741
13.e.6.5) Informe de consentimento para congelamento e preservação de pré-embriões (pró-nucleados, multicelulares e blastocistos) 743
13.e.6.6) Instrumento de autorização para o uso de embriões "doados" ou cedidos gratuitamente 746
13.f) Comitês de Ética em Pesquisa 748
13.g) Necessidade de um novo estatuto jurídico-penal voltado à criminalidade genética 750

14. Tortura médica 753
15. A importância e as funções dos Comitês de Ética Hospitalar 754
16. Relação médico-paciente 757
16.a) Deveres dos médicos 757
16.b) O sigilo médico para a preservação da confidencialidade e da privacidade do paciente 774
16.b.1) O sigilo como um dever "prima facie" decorrente da natureza confidencial da relação médico-paciente 774
16.b.2) A questão da quebra da confidencialidade e da privacidade 775
16.b.3) Prontuário e boletim médicos 779
16.b.4) A informática e o segredo médico 781
16.b.5) Cessação da obrigatoriedade da preservação do segredo médico 782
16.c) O princípio do consentimento livre e esclarecido como legitimação e fundamento do ato médico 785

16.c.1) O consenso informado como manifestação do princípio da autonomia 785
16.c.2) Limites condicionadores do consentimento consciente ... 788
16.c.3) Exceções ao dever de obtenção do consentimento informado 789
16.d) O erro médico, a má prática, o acidente imprevisível, o resultado incontrolável e a responsabilidade criminal e civil do profissional da saúde 791
16.d.1) Erro médico: noção, fatores concorrentes e meios para sua prevenção 791
16.d.2) Caracteres para avaliação do erro médico 797
16.d.3) Distinção entre má prática médica, acidente imprevisível e resultado incontrolável 798
16.d.4) Responsabilidade civil médica por dano moral e patrimonial e a socialização do risco médico 799
16.d.5) Responsabilidade médica derivada 804
16.d.6) Responsabilidade do estudante de medicina 804
16.d.7) Responsabilidade criminal oriunda da profissão médica 805
16.d.8) Responsabilidade civil dos enfermeiros, parteiras, proprietários e diretores de hospitais e clínicas 805
16.e) Gerenciamento de riscos e o crescente aumento dos questionamentos judiciais de pacientes contra os prestadores de serviços de saúde 808
16.f) Direitos do paciente 810

CAPÍTULO III

MACROBIOÉTICA E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE SADIO E ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO 819

1. Crise ambiental e ecodesenvolvimento 819
2. Constitucionalismo ecológico e direito ambiental 830
3. Meio ambiente e preservação da biodiversidade dos ecossistemas 846
4. Natureza jurídica do meio ambiente ecologicamente equilibrado e hígido 860
5. Impacto ambiental provocado pela biotecnologia 861
6. Biopirataria e patenteamento do organismo geneticamente modificado (OGM) 913

7. Tutela jurídica do meio ambiente 921
7.a) Considerações iniciais 921
7.b) Mecanismos não jurisdicionais de tutela ambiental 922
7.c) Proteção jurisdicional do meio ambiente 952

8. Responsabilidade civil por dano ecológico 966
8.a) Notas preliminares 966
8.b) Responsabilidade por poluição 971
8.c) Responsabilidade civil nas atividades nucleares 995

CAPÍTULO IV

O FUTURO DA BIOÉTICA E DO BIODIREITO COMO UM DESAFIO PARA O SÉCULO XXI 1003

Bibliografia 1009